

A “História Oficial”: Atualidade de um filme sobre ditadura e direitos humanos¹

Gilberto M. A. Rodrigues

Professor do Curso de Relações Internacionais e da Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame (EUA). E-mail: gilberto.rodrigues@ufabc.edu.br

Resumo

O filme “A História Oficial” (La Historia Oficial), de Luis Puenzo, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1986, completou 30 anos de seu lançamento em 2015. Apesar das três décadas passadas, em 1985, período em que se deu a consolidação da democracia pós-ditadura na Argentina e nos demais países da América do Sul e em que pesem os avanços em direitos humanos na região, o filme ainda se mantém atual pelo tema abordado e pelo debate que suscita. O autor analisa o filme no contexto contemporâneo, a partir de uma aproximação interdisciplinar, tendo como metodologia a análise bibliográfica recente sobre a ditadura militar e a história oral baseada em relatos de quatro acadêmicos argentinos que vivenciaram a ditadura argentina, tanto no país quanto no exílio.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Argentina; História da América Latina; A História Oficial; Educação em Direitos Humanos.

Abstract

The movie “An Official History” (La Historia Oficial), by Luis Puenzo, winner of the Oscar of best foreign film (1986), celebrated 30 years of its appearance in 1985. In spite of three decades have passed by in which the Argentinian post dictatorship evolved to a consolidated democracy, as well as other South American countries and nevertheless the human rights advances in the region, yet the film is still update due to its content and the debate it generates. The author analyses the film from an interdisciplinary approach in today’s context, using a methodology that includes human rights literature and oral history based on interviews with four Argentinians scholars that lived under the Argentinian dictatorship as well as in the exile.

Keywords: Human Rights; Argentina; History of Latin America; Official History; Education in Human Rights.

Resumen

La película “La Historia Oficial” de Luís Puenzo, vencedor del Oscar de mejor película extranjera de 1986, ha completado 30 años en 2015. Pese las tres décadas pasadas de su lanzamiento en 1985, período en que la democracia post-ditadura en Argentina y en los demás países de Sudamerica se ha consolidado y aunque los derechos humanos hayan avanzado en la región, la película aún se mantiene actual por el tema abordado y por el debate que suscita. El autor trata de analizar la película en el contexto contemporáneo, a partir de una aproximación interdisciplinaria, adoptando como metodología el análisis con base bibliográfica reciente sobre la dictadura militar y la historia oral basada en relatos de cuatro académicos argentinos que han vivenciado la dictadura argentina ya fuera en el país ya fuera en exilio.

Palabras clave: Derechos Humanos; Argentina; Historia de America Latina; La Historia Oficial; Educación en Derechos Humanos.

1. Introdução

O filme argentino “A História Oficial” (La Historia Oficial), produzido e dirigido por Luís Puenzo, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro de 1986, completou 30 anos de seu lançamento em 2015² Apesar das três décadas passadas, e da consolidação da democracia pós-ditadura na Argentina e nos demais países da América do Sul, além dos enormes avanços em direitos humanos na região, o filme ainda se mantém atual pelo tema abordado e pelo debate que suscita.

Como parte integrante da memória coletiva sobre as atrocidades cometidas pelo regime autoritário, “A História Oficial” apontou a resistência de parte da sociedade, sobretudo a classe média argentina, em reconhecer as violações de direitos humanos realizadas pelo regime de exceção. A questão da verdade histórica está presente em todos os países pós-autoritarismo. A versão oficial dos fatos logrou manter-se robusta ou ter sobrevida nos países em que os militares definiram e conduziram a transição democrática na América do Sul (exemplos do Chile e do Brasil). Nos países em que saíram derrotados (caso da Argentina), a versão oficial foi sendo progressivamente desconstruída a partir dos próprios julgamentos e condenações penais contra ex-autoridades do regime.

A proposta do autor é analisar a atualidade do filme, de maneira interdisciplinar, tendo como metodologia tanto a bibliografia recente sobre a ditadura militar e os direitos humanos quanto a história oral baseada em relatos de quatro acadêmicos argentinos que vivenciaram a ditadura argentina, dentro do país e/ou no exílio.³

2. Contexto político do país e da região

A última ditadura militar argentina durou sete anos, de 1976 a 1983. Nesse período, teve lugar a chamada “guerra suja”, em que algumas das mais impressionantes atrocidades foram cometidas por um regime político na história recente da América Latina.

Dados oficiais da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – Conadep, liderados por Adolfo Pérez Esquivel, divulgados logo após o fim da ditadura⁴ estimam que entre 7.500 e 8.875 pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados no regime autoritário. Em contrapartida, organizações argentinas de direitos humanos, como a Associação das Mães da Praça de Maio, estimam em 30 mil os desaparecidos⁵. O conflito de números constitui parte do drama gerado pela ditadura e que afeta a sociedade argentina até hoje.

Numa impressionante entrevista concedida ao jornalista Ceferino Reato⁶, cumprindo pena na prisão, o general Jorge Rafael Videla, ex-presidente que desencadeou a guerra suja (1976-1981), afirmou tratar-se de “(...) uma guerra justa, nos termos de São Tomás (de Aquino); uma guerra defensiva”.⁷ Apesar de tratar o conflito como “guerra”, o regime militar não conferiu os direitos que seus contendores beligerantes deveriam ter, de acordo com o direito internacional humanitário.

Na entrevista, Videla explica que a alternativa encontrada pelo regime para enfrentar os “subversivos” com eficácia era sumindo com eles e seus corpos, método que ficou conhecido como *disposición final*. Sobre a expressão *disposición final*, disse o general: “(...) são duas palavras bem militares (que) significam retirar do serviço uma coisa que já não tem serventia⁸”.

O delito de desaparecimentos forçados não existia como crime. Em linguagem de direito penal ele não era tipificado como crime até então. Segundo o embaixador José Augusto Lindgren Alves, foi a partir de relatos dramáticos de parentes e amigos de desaparecidos, sobretudo da Argentina, Chile e Uruguai, perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, nos anos de 1970/80, que se definiu essa prática como um delito internacional⁹. A Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, de 1994, definiu tratar-se de um crime contra a humanidade imprescritível. Posteriormente, esse delito foi incluído no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998), como parte do rol dos crimes contra a humanidade¹⁰.

Durante a Guerra Fria, os EUA apoiaram todos os golpes que combatiam a denominada “ameaça comunista”. Assim foi na Guatemala (1954), no Brasil (1964), no Chile e no Uruguai (1973), dentre outros países. Mas foi, sobretudo, durante o governo de Richard Nixon, com a estratégia de contenção ao comunismo do Secretario de Estado Henry Kissinger (1973-1977), que os EUA tornaram-se coniventes com os métodos brutais praticados pelas ditaduras latino-americanas, inclusive apoiando a conhecida Operação Condor, de cooperação para perseguição e intercâmbio de prisioneiros entre as ditaduras sul-americanas¹¹.

Somente com a ascensão do presidente Jimmy Carter (1978-1981), houve mudança de postura do governo estadunidense, com a inclusão dos direitos humanos como tema da agenda da política externa. No diário de Carter vê-se sua preocupação com a situação argentina, em 1979: “27 de março - “Nós estamos muito preocupados com as violações sistemáticas de direitos humanos na Argentina. Eles tem detido e matado cerca de 50 pessoas por mês¹²”.

Em 1980, Adolfo Perez Esquivel recebeu o Prêmio Nobel da Paz, por seu ativismo em favor dos direitos humanos na Argentina. O tema das graves violações de direitos humanos no país e em outras ditaduras da região ganhou vulto internacional. Após a derrota argentina na Guerra das Malvinas/Falkland, em 1982, o governo militar foi humilhado e acelerou a devolução do poder aos civis, o que veio a ocorrer com a eleição do advogado Raul Alfonsín, do Partido União Cívica Radical (UCR), em 1983.

3. O filme e seu impacto político e social

Rodado durante o governo de Alfonsín, já no período da redemocratização argentina (1983-1989), A história oficial foi o primeiro filme latino-americano a receber o Oscar de melhor filme estrangeiro, fato que sem dúvida marcou sua existência e transcendeu as fronteiras da própria Argentina. O crítico de cinema estadunidense Leonard Maltin afirma tratar-se de “(...) um daqueles raros filmes que consegue fazer uma forte critica politica entremeada numa estória muito boa¹³”.

A História Oficial provocou forte impacto não apenas na Argentina, mas nos vários países latino-americanos em que as práticas de tortura e dos desaparecimentos forçados eram corriqueiros e constituíam parte do sistema de repressão, embora ignorados por muitos. Trouxe à tona o pleito dramático das mães e avós da Plaza de Mayo que, já no início da ditadura, exigiam informações sobre seus filhos e netos desaparecidos, por meio de passeatas na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, o Palácio da Presidência¹⁴.

O filme narra a estória de um casal de classe média, em que a esposa (Alicia, representada pela atriz Norma Aleandro) descobre que os pais biológicos de sua filha adotada eram desaparecidos políticos da ditadura argentina. O marido (representado pelo ator Héctor Alterio) não apenas sabia desse fato, mas era um colaborador civil do regime militar. O filme retrata a alienação e o desconhecimento de parte da sociedade argentina – encarnado na figura de Alicia – sobre as atrocidades cometidas pela última ditadura militar naquele país (1976-1983).

Segundo Ramón Garcia-Fernandes, professor titular do Curso de Economia da Universidade Federal do ABC, “o filme retrata muito bem a situação da Argentina nessa época, e mostra bem um setor da classe média que não soube (nem quis saber) o que os militares fizeram nos anos de chumbo.¹⁵” Essa sombra que permeou as relações humanas e sociais daquele período no país é

mostrada pelo desconhecimento de Alicia, a protagonista do filme, vivida pela atriz Norma Aleandro, sobre as atividades de seu marido com integrantes de um “diretorio”, espécie de organização informal que reunia empresários e militares em negócios escusos, e que sabia do sequestro de crianças de perseguidos políticos mortos pelos aparelhos de repressão.

Na lembrança de Luís Fernando Ayerbe, professor do Departamento de Economia da Unesp-Araraquara, a fita lhe permitiu “rever” Buenos Aires, quando ainda não podia voltar ao país. Ayerbe destaca os mundos paralelos que havia nesse período, mundos que conviviam numa mesma família, e ressalta o quão “interessante é como o filme mostra essa complexidade entre o lado privado e sensível das relações matrimoniais paralelas a um lado obscuro das atividades profissionais do marido¹⁶”.

Andres Serbin, professor titular da Universidade Central da Venezuela e presidente da Coordenadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), em Buenos Aires¹⁷, recorda que havia uma expressão popular na época, dita por muitos, sobre os desaparecidos: “Por algo será”. Ou seja, havia pessoas que não sabiam, outras que fingiam não saber e outras que justificavam os desaparecimentos, ainda que as razões pudessem ser espúrias¹⁸.

4. Cenas significativas do filme

4.1 A repulsa aos “subversivos”

O diretor do filme, Luis Puenzo, soube produzir uma fita sensível e ao mesmo tempo contundente como plataforma de debate político. Vale a pena destacar algumas cenas valiosas, cujos significados dizem muito sobre o alcance do filme. Gerardo Silva, professor do Curso de Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC, recorda duas delas: quando os garotos entram abruptamente no quarto de Gaby (a menina adotada pela família de Alicia), gerando nesta um susto desproporcional, seguido de um choro muito sentido, que remete a violências relacionadas ao sequestro dos pais; e a cena de um diálogo agressivo na garagem de um prédio, entre Roberto (marido de Alicia) e Ana (exilada na Venezuela que retorna ao país, amiga de Alicia), quando ele demonstra toda sua repulsa e ódio àqueles que eram considerados subversivos, declarando que todos como ela deveriam estar “no lixo”¹⁹.

4.2 Uma professora de história revê sua posição e sua vida

O fato de Alicia desempenhar o papel de uma professora de história, em cenas de uma escola secundária, foi pensado pelo diretor de maneira muito inteligente e até divertida, para tratar do tema da memória histórica como um problema não apenas científico e metodológico, mas político. Enquanto os alunos questionam a história oficial dos heróis da nação argentina, a professora Alicia se aferra aos cânones das “provas documentais”. A frase desafiadora do aluno Horácio Costa, uma das personagens, “a história é escrita pelos assassinos”, dita em alto e bom som diante dos colegas, fez com que Alicia o expulsasse da sala, representando e projetando nesse ato o viés autoritário do período. A redenção de Horácio não tarda em chegar com uma excelente nota obtida na prova, conferida pela própria professora, mostrando de forma magistral que a protagonista estava revendo não apenas seu conceito da História argentina, mas sua própria postura como cidadã no período de redemocratização do país.

4.3 A polêmica sobre o papel da Igreja Católica na ditadura

À Igreja Católica é reservada uma cena crucial do filme: Alicia, em crise de consciência, vai ao confessorário, mas em poucos minutos se converte de confessora de seus pretensos pecados a inquisidora do padre que a atende no claustro, em sua busca pela verdade. Trata-se de momento enigmático do filme, que ganhou inusitado significado com a eleição do cardeal argentino Julio Mario Bergoglio, como o Papa Francisco, em 2013.

Com efeito, houve acusações isoladas de que o Cardeal Julio Bergoglio teria colaborado com o regime militar (sabe-se que vários clérigos argentinos foram colaboradores da repressão ou omissos diante das atrocidades cometidas pelo regime), surgidas no momento em que fora escolhido como novo Pontífice. Entretanto, essas acusações foram refutadas por organizações de direitos humanos e personalidades que viveram o período, como Adolfo Perez Esquivel²⁰, além de personalidades católicas isentas, como o Frei Leonardo Boff²¹. Não há nada que comprove e torne críveis quaisquer acusações feitas ao então cardeal Bergoglio, até o momento em que essas linhas são escritas²².

5. Por que a “História Oficial” segue atual na Argentina?

5.1 Atualidade no âmbito interno do país

“A História Oficial” trata sobre direitos humanos, democracia, América Latina, e sobre a força dos fatos da história, independente da versão governamental. Ele lançou o debate sobre as enormes mazelas e perdas humanas da ditadura. Apesar de as leis de anistia argentinas (Punto final, 1986, e Obediencia debida, 1987, ambas aprovadas depois do levante militar dos Carapintadas, facção de ultradireita dentro das forças armadas argentinas), terem sido anuladas pelo Congreso de la Nación, em 2003, durante o governo de Nestor Kirchner, e grande parte dos dirigentes tenha sido julgada e presa (inclusive o próprio Videla, falecido na prisão, em 2013), o debate ainda não se encerrou na Argentina.

O dia 24 de março foi proclamado como “Dia da Verdade e da Justiça”, e declarado feriado nacional por lei federal. Há muitos políticos de envergadura nacional que foram perseguidos ou tiveram filhos desaparecidos e mortos pela ditadura, como a senadora Graciela Fernandez Meijide, cujo filho de 17 anos, Pablo, foi sequestrado em 197²³.

A polêmica segue igualmente em relação às crianças sequestradas na época e que foram adotadas de maneira clandestina. Um debate que não permite calar o fato de o regime militar ter forjado “uma geração mutilada”, na expressão de Andres Serbin²⁴.

Um exemplo da atualidade do filme no contexto argentino foi a descoberta de Ignacio, neto de Estela de Carlotto, presidente da Associação Avós da Praça de Maio, em agosto de 2014. Após 36 anos de incessante busca, Ignacio – cujo nome da família biológica é Guido – encontrou sua avó, após a Justiça confirmar que seu DNA era compatível com o de Estela²⁵.

Outro fato recente de relevo foi a recuperação da Escuela de Mecanica de la Armada (ESMA), e sua transformação em Museo Espacio Memoria y Derechos Humanos (Ex-ESMA), um símbolo do que representou a tortura e os desaparecimentos forçados realizados na ditadura

argentina²⁶.

5.2 Atualidade no âmbito externo do país

A política externa da Argentina sofreu enorme guinada no período da redemocratização, a partir do governo de Raúl Alfonsín, quando o país assinou e incorporou os mais relevantes tratados, convenções e protocolos internacionais na área de direitos humanos. Na década seguinte, já no governo de Carlos Menem (1989-1999), a reforma constitucional de 1994 incorporou as obrigações internacionais do país com instrumentos específicos de direitos humanos no próprio texto constitucional argentino, fato atípico na prática constitucional internacional, mas reveladora do grau de compromisso que o país passou a assumir internacionalmente com os direitos humanos.

No âmbito multilateral, a Argentina logrou eleger em 2003 o primeiro procurador-geral do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luís Moreno Ocampo, que havia atuado como promotor em casos pioneiros de julgamento contra militares argentinos. Ocampo exerceu dois mandatos como procurador do TPI (2003-2012) e destacou-se por sua independência numa função nova e polêmica. Além disso, a Argentina tornou-se um dos países apoiadores do princípio da responsabilidade de proteger, aprovado no Documento Final da Cúpula dos 60 anos da ONU, em 2005, e que prevê a responsabilidade dos Estados em proteger suas populações contra atrocidades massivas relacionadas a crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e limpeza étnica²⁷.

6. A "História Oficial" no Brasil

A atualidade do filme é ainda mais reveladora no caso do Brasil, cuja Comissão da Verdade (2011-2014) publicou seu relatório final em dezembro de 2014, trinta anos depois do fim do regime autoritário. A resistência de parte da sociedade em reconhecer as atrocidades cometidas pelo regime civil-militar brasileiro (1964-1985), ou justificá-las à luz do combate ao comunismo, derivaram sobretudo do fato de ainda ser incipiente o conhecimento geral sobre o que realmente aconteceu e, por outro lado, da permanência da Lei de Anistia (1979).

Ao contrário de países como Argentina e Chile, cujas leis de anistia foram revogadas total ou parcialmente, e cujos mandatários foram julgados, condenados e presos, a lei de anistia brasileira foi mantida por decisão do Supremo Tribunal Federal, apesar de haver tido sua validade contestada por decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação à punição dos crimes contra a humanidade (Caso Araguaia, 2010)²⁸. Além disso, nenhum militar ou civil foi julgado ou condenado por crimes contra os direitos humanos durante a ditadura.²⁹

6.1 "Brasil: Nunca Mais"

No Brasil, não houve a criação de uma comissão de verdade oficial, do governo, como na maioria dos países que encerraram um período autoritário e adotaram alguma forma de justiça transicional na etapa imediatamente posterior ao término do regime anterior. Com efeito, o único documento que realizou uma investigação e produziu um diagnóstico sobre as violações de direitos humanos na ditadura, incluindo o tema dos mortos e desaparecidos, foi o Relatório "Brasil Nunca Mais", publicado em 1985.

Desenvolvido no período de 1979 a 1985, de perfil ecumênico, o projeto Brasil: Nunca Mais

foi liderado pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel e o Pastor Presbiteriano James Wright e feito de maneira clandestina, durante o último período da ditadura civil-militar³⁰.

6.2 Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 e cujos trabalhos foram realizados até dezembro de 2014, operou suas atividades tardiamente em relação aos fatos e em comparação a outros países. Além disso, houve muita resistência por parte dos militares, tanto da reserva, que resistiram a assumir qualquer participação em crimes de tortura, mortes e desaparecimentos forçados, quanto da ativa, no Ministério da Defesa, em resistir a colaborar na entrega efetiva ou expedita de documentos relacionados ao período.

Mesmo com dificuldades, falta de apoio e de compreensão de parte da sociedade brasileira, ainda assim, segundo a Professora de História Social da USP, Maria Aparecida Aquino, a Comissão da Verdade cumpriu com seu papel e contribuiu para elucidar os fatos relacionados às violações de direitos humanos cometidas na ditadura civil-militar brasileira³¹.

6.3 A história oficial ainda resiste em algumas escolas brasileiras...

Dentre os historiadores brasileiros não há polêmica nem controvérsia sobre o que aconteceu em 31 de março de 1964. É sabido e fartamente comprovado que houve um golpe militar, que instalou uma ditadura civil-militar imbuída em alinhar-se ao bloco anticomunista liderado pelos EUA em plena Guerra Fria³².

Não obstante, há focos de resistência da “história oficial” da ditadura no Brasil nas escolas militares, cujos currículos são definidos pelas próprias forças armadas vinculadas ao Ministério da Defesa, sem passar pelo crivo do Ministério da Educação. Neles, há resistência em admitir que houve um golpe militar em 1964, fato pacífico e incontestado na literatura da História do Brasil. Não obstante, nessas escolas militares, os livros ensinam que houve uma “revolução” em 31 de março de 1964 (fala-se em “revolução de 64”), versão utilizada pelo regime civil-militar, e ensinada nas escolas durante a ditadura, mas que hoje é absolutamente equivocada e insustentável³³.

No âmbito civil, seguem ocorrendo “lapsos” de memória sobre o que ocorreu em 31 de março de 1964, quando a expressão “revolução de 64” é usada em detrimento de golpe de 1964. Um desses episódios se deu num dos locais onde menos se esperaria pudesse ocorrer: na Universidade de São Paulo (USP). A partir de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Reitoria da USP³⁴ que visava erigir um monumento na Cidade Universitária, em homenagem aos mortos e cassados na ditadura, durante o período da construção, em 2011, a empresa responsável pela obra instalou uma placa com os dizeres: “Monumento em homenagem aos mortos e cassados na Revolução de 1964”. A placa foi pichada, houve protestos e a Reitoria da USP determinou à empresa que retirasse a placa, o que foi feito sem demora.³⁵

6.4 O filme brasileiro análogo à “História Oficial”

A cinematografia brasileira tardou em produzir um filme nos moldes de “A História Oficial”. Em 2006, foi lançada a fita “O ano em que meus pais saíram de férias”, dirigido por Cao Hamburger, em que o protagonista é um menino, que fica sob a guarda do avô, após a fuga clandestina

de seu pai e de sua mãe, para escapar da repressão, nos anos de 1970.

O filme é bom, bem feito, sensível e tocante, mas tanto pela distância com o fim da ditadura como pelo amplo desconhecimento da sociedade brasileira sobre as atrocidades cometidas naquele período, não teve o mesmo impacto que "A História Oficial".³⁶

7. Considerações Finais

Embora tenha exercido papel político essencial no momento de seu lançamento, em 1985, sobretudo após a conquista do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1986 – primeiro da América Latina a conquistar essa estatueta – a mensagem de "A História Oficial" perpassa várias gerações e territórios. O filme retrata não apenas um drama coletivo argentino, mas latino-americano.

A atualidade do filme se faz presente na memória das violações de direitos humanos de toda a região; na Argentina, o drama dos desaparecidos permanece na incansável busca pela identidade das crianças desaparecidas, que cresceram adotadas por outras famílias.

A problematização sobre a negação de violações massivas de direitos humanos – ou sua justificativa – é parte central da necessária desconstrução de narrativas que visam impedir o pleno conhecimento de períodos históricos em que atrocidades massivas foram cometidas de maneira sistemática. "A História Oficial" contribui para essa problematização, cujo papel é essencial para o fortalecimento da cidadania por meio da educação em direitos humanos.

Homenageado durante o 4º Biff – Brazilian International Film Festival, em Brasília, em novembro de 2015, o cineasta Luis Puenzo disse: Os tempos da história são medidos em décadas: trinta anos são praticamente nada. Se temos em conta que seguimos vivendo num mesmo momento histórico (daquele de A história oficial), tudo é percebido com maior clareza³⁷.

Em seus 30 anos de existência, "A História Oficial" tornou-se um clássico que ensina, ilumina e emociona.

Notas

1. Este artigo foi inspirado na apresentação do filme "A História Oficial" feita pelo autor no Ciclo de Cinema da UFABC, coordenado pelo Prof. Igor Fuser, no âmbito do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

2. O filme foi lançado em 3 de abril de 1985.

3. O autor registra seu agradecimento aos seguintes acadêmicos argentinos que gentilmente aceitaram responder à entrevista para essa pesquisa: Andres Serbin (Professor Titular da Universidad Central de Venezuela e Presidente da Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales-CRIES, Buenos Aires), Luís Fernando Ayerbe (Departamento de Economía-Unesp/Araraquara), Ramón Fernandez (Curso de Economía-UFABC) e Gerardo Silva (Curso de Planejamento Territorial-UFABC).

4. Cf. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – Conadep, 1983-1984.

5. Apesar da polêmica envolvendo o tema da quantidade de desaparecidos, um relatório da inteligência chilena, contido em arquivos estadunidenses desclassificados, aponta cerca de 22 mil desaparecidos.

6. Ceferino Reato. Disposición final. La confesión de Videla sobre los desaparecidos, Buenos Aires, 2012.

7. “(...)una guerra justa, en los términos de San Tomás; una guerra defensiva”. Reato, 2012.

8. “(...) son dos palabras muy militares (que) significan sacar de servicio una cosa por inservible.” Reato, 2012.

9. J. A. Lindgren Alves. Os direitos humanos como tema global. 1994.

10. Artigo 7º. Crimes contra a humanidade. 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: (i) desaparecimentos forçados de pessoas. Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

11. Operação Condor. Comissão Nacional da Verdade (Acesso: Out. 2015).

12. “27 March - We’re deeply concerned about Argentina’s continued violations of human rights. They have arrested and killed about fifty people per month”. J. Carter, White House Diary, 2010, p. 308-309.

13. L. Maltin. Movie Guide, 2010.

14. Asociación Madres de la Plaza de Mayo. <http://www.madres.org/navegar/nav.php> (Acesso: Out. 2015). Asociación Abuelas de la Plaza de Mayo. <http://www.abuelas.org.ar/> (Acesso: Out. 2015).

15. Ramón García-Fernández, entrevista concedida ao autor, 2013.

16. Luís Fernando Ayerbe, entrevista concedida ao autor, 2013.

17. CRIES é “(...) una red de más de 70 centros de investigación, think tanks, ONGs, fundaciones, asociaciones profesionales, expertos y académicos de América Latina y del Caribe. Su mandato es promover la investigación económica, política, medioambiental y social así como la participación en el debate público, el empoderamiento y la incidencia de la sociedad civil en la agenda regional y global.” CRIES, Disponível em: http://www.cries.org/?page_id=569 (Acesso: Out. 2015).

18. Andrés Serbin, entrevista concedida ao autor, 2013.

19. Gerardo Silva, entrevista concedida ao autor, 2013.

20. "Papa Francisco não foi cúmplice da ditadura, diz Nobel da Paz". G1, 22/03/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/novo-papa-francisco/noticia/2013/03/papa-francisco-nao-foi-cumplice-da-ditadura-argentina-diz-nobel-da-paz.html> (Acesso: Out. 2015).

21. Papa surpreenderá com reviravolta na Igreja, diz Leonardo Boff. Terra, 17.03.2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/papa-surpreendera-com-reviravolta-na-igreja-diz-leonardo-boff,326bd29cae47d310VgnCLD200000odc6eboaRCRD.html> (Acesso: Nov. 2015).

22. Em seu pontificado, desde 2013, o Papa Francisco tem adotado postura avançada como defensor de direitos das minorias, como demonstram sua abertura e acolhimento em relação à comunidade LGBT e sua posição contrária à impunidade em casos de abusos sexuais realizados por clérigos.

23. "Na data do golpe militar, democracia está consolidada, mas chega de enfrentamentos entre os Argentinos". Clarin em Português. Março de 2015. http://www.clarin.com/br/Argentinos-recordam-anos-golpe-militar_o_1107489537.html (Acesso: Nov. 2015).

24. A. Serbin. Montoneros: crónicas de una generación mutilada, Nueva Sociedad, 102, 1989.

25. BBC Mundo. El encuentro entre Estela e Ignacio de Carlotto. 05.08.2015. (Acesso: Out. 2015).

26. Museo Memoria Derechos Humanos (Ex-ESMA). <http://www.espaciomemoria.ar/espaciohoy.php> (Acesso: Out. 2015).

27. Cf. Gilberto M. A. Rodrigues. "Latin America and the Caribbean". In: Jared Genser & Irwin Cotler. The responsibility to protect. The promise of stopping mass atrocities in our time. New York: Oxford University Press, 2012, p. 182-200; (Vários autores). Latin America and the Responsibility to Protect. Divergent Views from the South? Pensamiento Propio (20), Jan-Jun. 2015, Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/pp41-web-FINAL-Corr.pdf> (Acesso: Nov. 2015).

28. Gilberto M. A. Rodrigues, Pacto de São Jose. Revista Nuestra America, 2013, p.15-17.

29. O Ministério Público Federal abriu ações contra alguns notórios torturadores do regime, invocando a imprescritibilidade dos crimes de tortura e a tese do "crime continuado" (desenvolvida por procuradores argentinos), nos casos de desaparecidos políticos em que não foram encontrados os corpos (ocultação de cadáver) ou restos mortais.

30. Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil: Nunca Mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/#/> (Acesso: Nov. 2015).

31. Maria Aparecida de Aquino. O Direito à Memória x Comissão Nacional da Verdade. Curso de EAD – Educação em Direitos Humanos, UFABC, 2015.

32. Ver: Boris Fausto. História do Brasil (2012); Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez. História do Brasil. Uma interpretação (2015); José Murilo de Carvalho. Cidadania no Brasil. O longo Caminho (2001); Elio Gaspari. A ditadura Envergonhada (2002), entre outros.

33. Leonardo Vieira. “Nos colégios militares, golpe de 1964 é ensinado com Revolução”, O Globo, 31.03.2014. <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nos-colegios-militares-golpe-de-1964-ensinado-como-revolucao-12038975> (Acesso: Nov. 2015).

34. Na ocasião, a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República era a deputada federal Maria do Rosário; o Reitor da USP era o professor João Grandino Rodas.

35. “Empresa retira placa na USP que chama golpe de “revolução de 1964”. Folha de S. Paulo, 4.10.2011, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/10/985440-empresa-retira-placa-na-usp-que-chama-golpe-de-revolucao-de-64.shtml?mobile> (Acesso: Nov. 2015).

36. O Ministério da Cultura escolheu “O ano em que meus pais saíram de férias” para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro de 2006. Contudo, do ponto de vista político, não havia mais apelo para conceder um Oscar em termos semelhantes ao que foi concedido para a “A História Oficial”, lançado no calor da transição democrática argentina, sem prejuízo de seus méritos artísticos.

37. Ricardo Daehn. Biff anuncia filmes premiados hoje. Correio Braziliense, 14.11.2015, http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/11/14/interna_diversao_arte,506417/biff-anuncia-filmes-premiados-hoje.shtml (Acesso: Nov. 2015).

Referências bibliográficas

ALVES, J. A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ARGENTINA. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – Conadep, 1983-1984.

AYERBE, Luís Fernando. Entrevista concedida ao autor por e-mail. Out. 2013.

CARTER, Jimmy. White House Diary, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12ª ed., São Paulo: Edusp, 2012.

FERNÁNDEZ, Ramón Garcia. Entrevista concedida ao autor por e-mail. Out. 2013.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MALTIN, Leonard. Movie Guide. New York: Penguin, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História do Brasil. Uma interpretação. São Paulo: Editora 34, 2015.

REATO, Ceferino. Disposición final. La confesión de Videla sobre los desaparecidos. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

RODRIGUES, Gilberto M. A. "Latin America and the Caribbean". In: Jared Genser & Irwin Cotler. The responsibility to protect. The promise of stopping mass atrocities in our time. New York: Oxford University Press, 2012, p. 182-200.

SERBIN, Andrés. Entrevista concedida ao autor por e-mail. Out. 2013.

SERBIN. Montoneros: crónicas de una generación mutilada, Nueva Sociedad, 102, 1989.

SILVA, Gerardo. Entrevista concedida ao autor. Out. 2013.

Referências eletrônicas

AQUINO, Maria Aparecida de. O direito à memória x Comissão Nacional da Verdade. Curso de EAD – Educação em Direitos Humanos, UFABC, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TqFlfilBdlo>. (Acesso: Out. 2015).

ASOCIACIÓN ABUELAS DE LA PLAZA DE MAYO. Disponível em: <http://www.abuelas.org.ar/> (Acesso: Out. 2015).

ASOCIACIÓN MADRES DE LA PLAZA DE MAYO. Disponível em: <http://www.madres.org/navegar/nav.php> (Acesso: Out. 2015).

BBC MUNDO. El encuentro entre Estela e Ignacio de Carlotto. 05.08.2015. Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150804_argentina_estela_ignacio_carlotto_aniversario_irm. (Acesso: Out. 2015).

BRASIL: BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. Projeto Brasil: Nunca Mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/> (Acesso: Nov. 2015).

CARMO, Marcia. "Na data do golpe militar, democracia está consolidada, mas chega de enfrentamentos entre os Argentinos". Clarin em Português. Março de 2015. http://www.clarin.com/br/Argentinos-recordam-anos-golpe-militar_0_1107489537.html (Acesso: Nov. 2015).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 10.12.2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/> (Acesso: Out. 2015).

DAEHN, Ricardo. Biff anuncia filmes premiados hoje. Correio Braziliense, 14.11.2015, Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/11/14/interna_diversao_arte,506417/biff-anuncia-filmes-premiados-hoje.shtml (Acesso: Nov. 2015).

MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS (EX-ESMA). Disponível em: [Extraprensa \(USP\)
Ano IX - nº 17 | julho - dezembro 2015](http://www.espaci-</p></div><div data-bbox=)

omemoria.ar/espaciohoy.php (Acesso: Out. 2015).

FOLHA DE S. PAULO. “Empresa retira placa USP que chama golpe de ‘revolução de 1964’”. Folha de S. Paulo, 4.10.2011, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/10/985440-empresa-retira-placa-na-usp-que-chama-golpe-de-revolucao-de-64.shtml?mobile> (Acesso: Nov. 2015).

G1. “Papa Francisco não foi cúmplice da ditadura, diz Nobel da Paz”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/novo-papa-francisco/noticia/2013/03/papa-francisco-nao-foi-cum-plice-da-ditadura-argentina-diz-nobel-da-paz.html> (Acesso: Out. 2015).

HAMBURGUER, Cao. O ano em que meus pais saíram de férias. 110 min., 2006. Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Ano_em_que_Meus_Pais_Sa%C3%ADram_de_F%C3%A9rias (Acesso: Out. 2015).

LATIN AMERICA AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. Divergent Views from the South? Pensamiento Propio (20), January-June, 2015. Disponível: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/pp41-web-FINAL-Corr.pdf> (Acesso: Nov. 2015).

OPERAÇÃO CONDOR. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados> (Acesso: Out. 2015).

PUENZO, Luis. La Historia Oficial. 1.52 min., 1985. Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Hist%C3%B3ria_Oficial. (Acesso: Out. 2015).

RODRIGUES, Gilberto M. A. Pacto de São José. Revista Nuestra America, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/wp-content/uploads/2007/03/revista49-port-atualizada.pdf> (Acesso: Out. 2015).

TERRA. Papa surpreenderá com reviravolta na Igreja, diz Leonardo Boff. Terra, 17.03.2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/papa-surpreendera-com-reviravolta-na-igreja-diz-leonardo-boff,326bd29cae47d310VgnCLD2000000dc6eboaRCRD.html> (Acesso: Nov. 2015).

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Decreto Executivo 4.338, de 25.09.2002, “Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm (Acesso: Out. 2015).

VIEIRA, Leonardo. “Nos colégios militares, golpe de 1964 é ensinado com Revolução”, O Globo, 31.03.2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nos-colegios-militares-golpe-de-1964-ensinado-como-revolucao-12038975> (Acesso: Nov. 2015).